Deliberalidade e controvérsia da justiça brasileira

Autor(res)

Thiago Luiz Sartori
Laisla Melo Souza
Jessica Cristina Cesario Dedino

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

CENTRO UNIVERSITÁRIO ANHANGUERA

Introdução

O acesso à justiça para pessoas em situação de vulnerabilidade no Brasil sempre foi um grande desafio, marcado por barreiras históricas e dificuldades no exercício pleno de seus direitos. O sistema judiciário enfrentava obstáculos como a desigualdade no acesso, a falta de uma defensoria pública eficaz e a ausência de políticas inclusivas. A partir de 2008, com a implementação das Regras de Brasília, houve avanços significativos, focados em romper essas barreiras e fortalecer a defensoria pública. Reformas como a melhoria do Código Penal, a criação de métodos alternativos de resolução de conflitos e o desenvolvimento de políticas sociais e educacionais têm contribuído para transformar o sistema, promovendo um acesso mais equitativo e inclusivo à justiça para todos os cidadãos.

Objetivo

O texto destaca os avanços e desafios no acesso à justiça para pessoas vulneráveis no Brasil, abordando as reformas como as Regras de Brasília e mudanças nos códigos penal e de processo penal, além de iniciativas sociais e educacionais. Enfatiza a importância de garantir que todos os cidadãos, independentemente de sua condição socioeconômica, exerçam plenamente seus direitos.

Material e Métodos

A análise sobre o acesso à justiça para pessoas em situação de vulnerabilidade no Brasil utilizou métodos de pesquisa documental e análise qualitativa, com foco em legislações como a Constituição Federal, o Código Penal, o Código de Processo Penal e as Regras de Brasília. Foram considerados relatórios e estudos sobre políticas públicas, como o Bolsa Família e reformas educacionais, que influenciam a inclusão social. Estudos históricos desde a década de 1970 foram analisados para entender a evolução do sistema judiciário brasileiro. A abordagem qualitativa permitiu identificar as barreiras enfrentadas por essas populações e os avanços resultantes das iniciativas para ampliar o acesso à justiça. Os métodos incluíram a revisão crítica de documentos legais, análise de políticas públicas e estudos de casos práticos. O objetivo foi avaliar o impacto dessas medidas no fortalecimento da defesa de indivíduos vulneráveis e no desenvolvimento de um sistema judiciário mais inclusivo e eficiente.

Resultados e Discussão

A análise revela avanços no acesso à justiça para pessoas vulneráveis no Brasil, especialmente após as Regras de Brasília em 2008, que fortaleceram a defensoria pública, ampliando a representação legal para quem não pode pagar advogados. As reformas nos códigos penal e de processo penal, em 2015, reforçaram a confiança no sistema ao endurecer penas para crimes contra a segurança pública. Métodos alternativos de resolução de conflitos, como conciliação e mediação, foram discutidos como estratégias eficazes para reduzir a sobrecarga judicial. Contudo, desafios como desigualdade socioeconômica, burocracia e falta de políticas públicas persistem. Iniciativas sociais, como o Bolsa Família, e investimentos em educação têm contribuído para a inclusão social, mas a estrutura judicial ainda precisa de melhorias. Conclui-se que, embora os avanços sejam notáveis, é necessário continuar com reformas estruturais e políticas inclusivas para garantir um sistema de justiça mais acessível e equitativo.

Conclusão

A análise do acesso à justiça para pessoas vulneráveis no Brasil aponta avanços, como as Regras de Brasília de 2008 e reformas do Código Penal de 2015, que fortaleceram a defensoria pública e métodos alternativos de resolução de conflitos. No entanto, desafios como desigualdade socioeconômica, burocracia e falta de políticas públicas ainda persistem. Investir em infraestrutura e apoio jurídico é essencial para garantir acesso ao sistema de justiça, priorizando a inclusão e a justiça social.

Referências

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm
Documento disponível na Organização dos Estados Americanos (OEA) e outras instituições jurídicas.
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13964.htm
Informações sobre o papel da defensoria pública no acesso à justiça e suas atividades no Brasil.
Estudos sobre Políticas Sociais no Brasil: Bolsa Família e Programas de Inclusão Educacional
Artigos acadêmicos e relatórios sobre métodos alternativos de resolução de conflitos no Brasil